



PROJETANDO O FUTURO- PIÁ CENTRO COMUNITÁRIO INFANTOJUVENIL

João Vitor Pereira de Souza, Vanessa Campana Vergani

RESUMO

O presente artigo propõe o desenvolvimento de um Centro Comunitário Infantojuvenil na cidade de Ponta Grossa (PR), denominado PIÁ, com o objetivo de promover inclusão social, desenvolvimento cultural e fortalecimento comunitário por meio da arquitetura. A proposta busca oferecer à população jovem em situação de vulnerabilidade espaços integrados para educação, esporte, arte e convivência, valorizando a identidade cultural local e incorporando referências da cultura indígena paranaense, da qual deriva o termo “piá”. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa e bibliográfica, apoiada em diagnósticos socioespaciais e análises históricas sobre políticas públicas e arquitetura social no Brasil. O estudo parte da compreensão de que os centros comunitários são instrumentos essenciais de transformação urbana e humana, atuando como espaços de cidadania e pertencimento. Assim, o projeto arquitetônico busca requalificar a relação entre espaço e sociedade, traduzindo, por meio do desenho arquitetônico, os valores de coletividade, acolhimento e futuro.

Palavras-chave: Arquitetura Comunitária, Espaço Público, Inclusão Social

DESIGNING THE FUTURE: PIÁ – CHILDREN'S AND YOUTH COMMUNITY CENTER

ABSTRACT

This article proposes the development of a Community Center for Children and Youth, named PIÁ, in the city of Ponta Grossa (Paraná, Brazil). The project aims to promote social inclusion, cultural development, and community strengthening through architecture. The proposal seeks to provide safe and inclusive spaces for education, sports, arts, and social interaction, emphasizing local cultural identity and incorporating references from indigenous culture, from which the word piá originates. The research follows a qualitative and bibliographical approach, supported by socio-spatial analyses and theoretical reflections on public policy and social architecture in Brazil. The study understands community centers as essential tools for urban and human transformation, acting as spaces of citizenship and belonging. The architectural design therefore seeks to redefine the relationship between space and society, embodying, through form and function, the values of collectivity, empathy, and future.

Keywords: Community Architecture. Public Space. Social Inclusion.



III UniSIAE - Semana Integrada de Agronomia, Análise em Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo e Engenharias

1 INTRODUÇÃO

A convivência humana e a vida em comunidade sempre foram elementos essenciais para o desenvolvimento integral do indivíduo e para a consolidação das relações sociais. Desde a Antiguidade, pensadores como Aristóteles (1985) já afirmavam que “o homem é por natureza um ser político”, ou seja, que encontra na vida coletiva o meio para alcançar a plenitude. Entretanto, as transformações urbanas contemporâneas, marcadas pela desigualdade social e pelo avanço tecnológico, têm produzido cidades cada vez mais fragmentadas, onde o convívio social é gradualmente substituído pela individualização e pela exclusão (Netto, 2010).

Nesse contexto, a ausência de espaços públicos adequados seguros, acessíveis e inclusivos compromete não apenas o desenvolvimento urbano, mas também o desenvolvimento humano. As cidades brasileiras, em especial as médias e grandes, enfrentam o desafio de conciliar crescimento econômico e coesão social. Castells (1999) destaca que o espaço urbano é uma expressão concreta das relações sociais, refletindo tanto os conflitos quanto as possibilidades de integração que se manifestam na vida cotidiana.

Em cidades como Ponta Grossa (PR), o contraste entre o centro urbano consolidado e as periferias carentes revela uma realidade de desigualdade territorial. Estudos recentes apontam que as áreas periféricas do município concentram grande parte da população jovem em situação de vulnerabilidade social, com altos índices de evasão escolar e poucos equipamentos públicos voltados ao lazer, à cultura e à convivência comunitária (IBGE, 2022). Essa carência de infraestrutura social e cultural reforça a necessidade de projetos arquitetônicos voltados à inclusão social e à cidadania.

A criação de centros comunitários surge, portanto, como uma estratégia concreta de combate à exclusão social e de promoção da convivência coletiva. Harvey (2012) afirma que os espaços de encontro e interação são fundamentais para o fortalecimento dos vínculos sociais, pois possibilitam o compartilhamento de saberes, a formação de identidades e o sentimento de pertencimento. De modo semelhante, Gehl (2018) ressalta que a qualidade dos



III UniSIAE - Semana Integrada de Agronomia, Análise em Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo e Engenharias

espaços públicos influencia diretamente a vitalidade urbana e o comportamento das pessoas, estimulando a permanência, o diálogo e o reconhecimento do outro.

Partindo dessas reflexões, o presente estudo propõe o projeto “PIÁ – Centro Comunitário Infantojuvenil”, concebido a partir da compreensão de que a arquitetura pode atuar como instrumento de transformação social. Localizado em Ponta Grossa (PR), o projeto destina-se a crianças e adolescentes de 10 a 17 anos oriundos de regiões periféricas e contextos de vulnerabilidade, oferecendo um espaço multifuncional que integra educação, arte, esporte e cultura em um ambiente acolhedor, participativo e identitário.

Além de atender às necessidades práticas da comunidade, o projeto PIÁ carrega um forte simbolismo cultural. A palavra “piá”, amplamente utilizada no Paraná para se referir a meninos e jovens, tem origem na língua guarani, significando literalmente “criança” ou “filho” (Müller, 2019). Incorporar esse termo ao projeto é reconhecer a influência indígena na formação cultural paranaense e reafirmar o respeito às raízes e à diversidade. Segundo Silva (2020), a valorização da cultura indígena nos espaços arquitetônicos contemporâneos reforça o sentimento de pertencimento e contribui para a preservação da memória coletiva.

Ao propor o Centro Comunitário Infantojuvenil PIÁ, parte-se da premissa de que a arquitetura pode e deve atuar como agente de transformação social. Como observa Santos (2022), “os centros comunitários são mais do que espaços físicos; são lugares de transformação, inclusão e ressignificação de vidas”. Assim, quando aliada à sua função social, a arquitetura transcende o campo estético e se consolida como uma ferramenta de justiça urbana e de promoção da cidadania.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar o papel da arquitetura comunitária na inclusão social de jovens e propor um anteprojeto arquitetônico que atenda às necessidades educacionais, culturais e afetivas da comunidade. O projeto será desenvolvido a partir de uma leitura crítica da realidade local, combinando referenciais teóricos sobre espaços coletivos e diagnósticos empíricos do território, buscando promover equidade, convivência e pertencimento.

Assim, este estudo busca demonstrar que a arquitetura comunitária pode ser um instrumento de esperança, capaz de reconstruir laços e projetar futuros. O PIÁ é mais do que



III UniSIAE - Semana Integrada de Agronomia, Análise em Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo e Engenharias

um edifício: é uma proposta de reaproximação entre o espaço físico e o humano, entre a cidade e seus jovens, entre o presente e o futuro.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 CONVIVÊNCIA, SOCIALIZAÇÃO E ARQUITETURA

A socialização desempenha papel fundamental na construção do indivíduo. Segundo Abrantes (2011, p. 121), socialização é “o processo de constituição dos indivíduos e das sociedades, através das interações, atividades e práticas sociais (...).” Trata-se de um processo permanente, contínuo e inacabado, que se desenvolve durante toda a vida, à medida que, “através de sucessivas experiências quotidianas no espaço social, os indivíduos vão construindo e incorporando a estrutura social”. O autor afirma ainda que “grande parte daquilo que aprendemos desenvolve-se no decorrer das atividades no mundo social (...).”

Essa aprendizagem pode ocorrer tanto de modo formal, em ambientes como escolas e locais de trabalho, quanto de modo informal, no convívio cotidiano — como conversas em bancos de praça ou interações espontâneas em espaços públicos. As relações informais manifestam-se principalmente no meio urbano, nos encontros casuais e nas relações de vizinhança, e, por isso, exigem ambientes que potencializem esses encontros.

A arquitetura desempenha um papel crucial na promoção da vitalidade urbana e no fortalecimento das relações informais, ao criar estímulos para a socialização. A diversidade de usos, a permeabilidade visual, a oferta de locais sombreados e a qualidade paisagística são elementos que favorecem a permanência e o convívio no ambiente urbano.

Segundo Gehl 2018 (apud Soares, 2019), a boa arquitetura promove a interação positiva entre o espaço público e a vida na cidade, estimulando comportamentos sociais e experiências compartilhadas. Nesse contexto, os equipamentos públicos e comunitários como escolas, parques, praças, centros culturais e centros comunitários exercem um papel fundamental ao oferecer infraestrutura adequada e diversidade de atividades, facilitando a convivência e fortalecendo os laços sociais, o que gera maior vitalidade ao meio urbano.

2.2 Centros comunitários no Brasil

No Brasil, os espaços voltados para a convivência social surgiram a partir de iniciativas de caridade e filantropia promovidas pela Igreja e por membros endinheirados da sociedade. Desde a década de 1940, diversos centros comunitários foram estabelecidos, influenciados pela Igreja Católica e pelo Serviço Social, sendo sua institucionalização e assistência responsabilidade da CNER, Campanha Nacional de Educação Rural.

Em 1957, a CNER implantou 45 Centros Sociais de Comunidade distribuídos em sete estados brasileiros, com maior concentração no Rio Grande do Norte e na Bahia (Alvarez; Silva, 2017, p. 3). As atividades desenvolvidas nesses centros apresentavam grande semelhança entre si, incluindo a organização de grupos (de mães, jovens e agricultores), cursos de corte e costura, bordado, culinária e enfermagem, além de programas de alfabetização de adultos, introdução de novas técnicas agrícolas, implantação de hortas e pomares e execução de pequenas construções, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Aula em curso da Campanha Nacional de Educação Rural



Fonte: Patrimônio Arquivístico da UFSM (2025).

Os PNCSU foram concebidos para serem implantados em áreas urbanas com carência de infraestrutura e populações de baixa renda, destinando-se ao desenvolvimento de atividades voltadas à educação, cultura, esportes, saúde, trabalho e lazer. Segundo Borba



III UniSIAE - Semana Integrada de Agronomia, Análise em Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo e Engenharias

(1991), entre 1975 e 1984 foram criados mais de 500 Centros Sociais em todo o país, cuja gestão ficou inicialmente sob responsabilidade dos municípios e, posteriormente, das próprias comunidades (Rufino; Silveira; Paiva, 2020).

A arquitetura dos Centros Comunitários previa espaços diversificados, como bibliotecas com capacidade para até 5.000 volumes, discotecas e salas para campanhas de conscientização sobre higiene pessoal, especialmente voltadas ao enfrentamento de epidemias. No contexto da época durante o regime militar o programa também refletia uma preocupação do Estado em ocupar o tempo livre da população e promover ações educativas e sanitárias (Rufino; Silveira; Paiva, 2020).

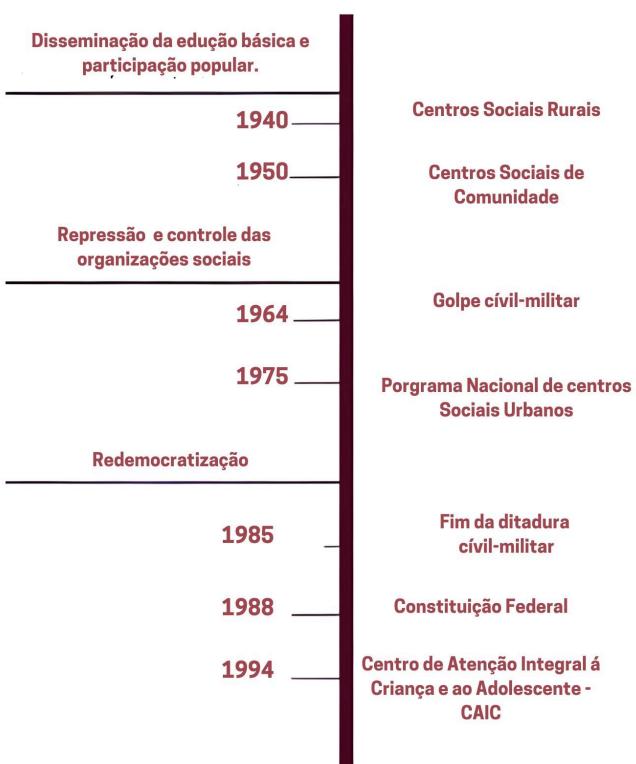
De acordo com Borba (1991), a extinção do PNCSU resultou da falta de investimentos, da inadequação das instalações e do abandono das estruturas físicas, além da ausência de um planejamento consistente. O programa foi oficialmente encerrado pelo Decreto nº 89.501, de 30 de março de 1984: Art. 1º. Fica extinto o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (Borba, 1991, p.1).

Atualmente, os centros comunitários podem ser criados por iniciativas privadas, religiosas, organizações não governamentais (ONGs) ou pelo poder público municipal. No âmbito estatal, destacam-se os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que oferecem atividades e serviços semelhantes aos antigos centros comunitários, embora não centralizem todos os serviços em um único núcleo físico. Com frequência, suas ações são realizadas em escolas ou equipamentos parceiros que recebem os beneficiários encaminhados.

A criação dos Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAICs) integrou um conjunto de políticas públicas voltadas ao atendimento social e educacional no início da década de 1990. Segundo o Ministério da Ação Social (1991), os CAICs foram concebidos para articular educação, saúde, cultura, assistência e esporte em uma mesma estrutura, funcionando como pólos comunitários de desenvolvimento humano. O responsável pela formulação e padronização do projeto arquitetônico nacional foi o arquiteto Élcio Gomes de Carvalho, que atuava como técnico do ministério. Conforme destaca Carvalho (1992), a proposta projetual dos CAICs buscava “um modelo arquitetônico universalizável, economicamente viável e facilmente adaptável às diferentes realidades locais”, priorizando soluções construtivas simples, circulação clara entre blocos e flexibilidade funcional.

Para compreender a função e a relevância dos equipamentos comunitários, é fundamental revisitar o processo histórico de implementação desses espaços no Brasil. A partir de uma pesquisa bibliográfica, foi possível traçar um panorama que evidencia três momentos significativos dessa trajetória (Figura 2).

Figura 2 – Linha do tempo sobre a produção dos equipamentos comunitários no Brasil



Fonte: Autoria própria (2025).

Os Centros foram criados a partir da necessidade de pequenas entidades locais, como clubes de mães e associações de moradores, de um espaço próprio para a realização de suas atividades. As iniciativas implementadas nesses centros concentravam-se principalmente na área educacional. Entre elas, destacavam-se a formação de grupos (de mães, jovens, crianças e agricultores); a oferta de cursos de corte e costura, bordado, culinária e enfermagem; a alfabetização de adultos; a introdução de novas técnicas agrícolas; a organização de hortas e pomares; e a execução de pequenas construções (BRASIL, 1959, p. 46).



III UniSIAE - Semana Integrada de Agronomia, Análise em Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo e Engenharias

Sob essa concepção, a linguagem arquitetônica dos CAICs adotou elementos padronizados, como blocos térreos ou de dois pavimentos, pátios internos, áreas de convivência e circulação externa coberta. Lima (2010) observa que essa uniformização visava “reduzir custos, acelerar a implantação e permitir que diversas comunidades participassem direta ou indiretamente da construção”. De fato, em muitas cidades brasileiras, os CAICs foram erguidos em regime de colaboração com a população local, reforçando a identidade comunitária do equipamento.

No município de Ponta Grossa – PR, o CAIC segue as diretrizes projetuais estabelecidas por Carvalho. Instalado em área estratégica para atender bairros com vulnerabilidade social, o conjunto reúne setores educacionais, administrativos, esportivos e espaços para atividades complementares. De acordo com Souza (2015), o CAIC ponta-grossense desempenha “papel essencial na oferta de serviços integrados” e tornou-se referência regional por articular educação e apoio social ao longo dos anos. Sua estrutura foi ampliada e adaptada conforme as demandas locais, confirmando a versatilidade do modelo arquitetônico original.

Assim, nota-se que o projeto dos CAICs, idealizado por Élcio Gomes de Carvalho, traduz uma política pública que integrou arquitetura, participação social e atendimento comunitário. Em cidades como Ponta Grossa, essa concepção permanece relevante e evidencia a importância de equipamentos públicos planejados para acolher múltiplas funções sociais.

É interessante ressaltar a participação ativa da comunidade na construção desses espaços, como ilustrado na Figura 6. Observa-se, ainda, a semelhança entre a arquitetura dos centros (Figuras 3, 4 e 5) e as residências da época. Essa característica, aliada à autoconstrução dos edifícios, pode ter contribuído para que os usuários os identificassem como “nossa casa”.

Figura 3 – Os cidadãos também edificam as instalações de seus Centros Comunitários, que já são muitos no Brasil



III UniSIAE - Semana Integrada de Agronomia, Análise em Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo e Engenharias



Fonte: R. CNER (1959, p. 166).

Figura 4 – Celebração de Abertura do Centro Social da Comunidade



Fonte: R. CNER (1959, p. 167).

Figura 5 – Mulheres e crianças transportando areia



Fonte: R. CNER (1959, p. 167).

3.3 Ditadura e a produção dos centros sociais urbanos



III UniSIAE - Semana Integrada de Agronomia, Análise em Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo e Engenharias

Entre as décadas de 1960 e 1980, estabelece-se um novo momento durante a ditadura (1964 - 1985), período marcado por intensa repressão aos movimentos sociais e organizações populares. Nesse contexto, ganha força o "modelo de Estado", denominado "Estado nacional desenvolvimentista", caracterizado por uma rápida modernização da base produtiva e a busca por uma inserção mais competitiva do país no sistema econômico global (Santos, 2014).

Nesse cenário, ganha força o discurso que enfatizava a importância das atividades lúdicas e dos espaços destinados ao descanso e ao lazer. Conforme Olímpio (2019, p. 32), o objetivo desse discurso era moldar as formas de utilização do tempo livre dos trabalhadores, "com a intenção de que esses aproveitassem seu tempo livre para atividades de descanso, recreativas ou de aprendizado, tornando o trabalho mais produtivo".

Segundo Borba (1991), entre os anos de 1975 e 1984 foi implementado o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (PNCSU), que tinha como foco a construção de equipamentos públicos — os Centros Sociais Urbanos (CSUs) — em comunidades urbanas carentes. Esses espaços buscavam oferecer atividades nas áreas de educação, saúde e nutrição, previdência e assistência social, profissionalização, recreação, lazer e cultura. Ainda de acordo com Borba (1991, p. 405 - 408), a intenção era criar locais onde o indivíduo pudesse utilizar seu tempo livre "em atividades que o tornassem um corpo saudável e capacitado para contribuir com a sociedade (...) sob a lógica de produção capitalista", como visto na Figura 6.

De acordo com Borba (1991, p. 416), a implementação da rede de CSUs também proporcionava "visibilidade à presença dos órgãos do Governo, diretamente nas áreas urbanas consideradas problemáticas".

3.4 Período de redemocratização

No período que se seguiu à ditadura, após a redemocratização do Brasil, o país vivenciou um terceiro momento significativo, marcado pelo surgimento de novos movimentos sociais e pelo aumento da mobilização e da participação popular. Esse fenômeno surgiu como reação à desmobilização social que prevalecera durante os anos do regime militar.

Nesse contexto, a sociedade começou a se reorganizar e a buscar formas de garantir que suas vozes fossem ouvidas, resultando em maior conscientização sobre a importância da participação cidadã e da luta por direitos sociais e políticos. A população, mais engajada, passou a exigir políticas públicas capazes de atender às suas necessidades e prioridades.



III UniSIAE - Semana Integrada de Agronomia, Análise em Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo e Engenharias

Conforme destaca Borba (1991, p. 417), uma das estratégias adotadas foi o investimento na construção de “equipamentos multifuncionais como base para a prestação de serviços públicos de caráter social”. Essa abordagem visava criar infraestruturas capazes de oferecer uma gama diversificada de serviços à comunidade, contribuindo para o bem-estar social e o desenvolvimento humano.

Um exemplo concreto dessa iniciativa foi o programa federal voltado para a construção dos Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) na década de 1990, conforme ilustrado na Figura 7.

Figura 7 – Primeiro CAIC entra em funcionamento em 1994, sede localizada dentro da Universidade Federal do Rio Grande – FURG



Fonte: Furg (2025).

Esses centros tinham como objetivo proporcionar espaços nos quais crianças e adolescentes pudessem ter acesso a serviços básicos de educação, saúde e lazer, em um ambiente seguro e acolhedor. A implementação dos CAICs representou um avanço significativo na promoção dos direitos da infância e da adolescência, refletindo o compromisso do governo e da sociedade com o investimento no futuro do país.

O período pós-ditadura destacou-se por uma renovada esperança e disposição da população em reconstruir o tecido social e político, buscando um futuro mais justo e igualitário para todos.

Embora os programas mencionados compartilhassem semelhanças quanto às atividades oferecidas e à proximidade com comunidades carentes, suas principais diferenças estavam no tamanho das instalações. Enquanto os Centros Sociais Rurais e de Comunidade



III UniSIAE - Semana Integrada de Agronomia, Análise em Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo e Engenharias

eram menores, os CSUs e os CAICs apresentavam dimensões significativamente maiores, variando de 600 m² a 2.400 m² e de 3.200 m² a mais de 6.000 m², respectivamente, exigindo mão de obra especializada para a construção. Por outro lado, alguns Centros Sociais de Comunidade foram erguidos de maneira participativa pela própria comunidade.

3.5 Arquitetura dos centros comunitários

O centro comunitário, enquanto espaço de atendimento ao público, deve possuir uma arquitetura capaz de atender às necessidades da comunidade. Além de considerar os princípios da arquitetura de espaços públicos, é fundamental analisar as características específicas do local e as demandas dos usuários.

A forma mais eficaz de aplicar uma abordagem de design responsável é compreender as opiniões e percepções da comunidade, garantindo que o projeto do edifício atenda aos diversos usos desejados (Silva, 2020). Segundo Bomfim et al. (2002), a localização do prédio é essencial, devendo apresentar boa inserção em áreas urbanas ou rurais, preferencialmente em locais com centralidade efetiva ou potencial, com fácil acesso, sem barreiras arquitetônicas, e cumprindo normas de salubridade e segurança.

O centro comunitário deve ser constituído por um conjunto de espaços multifuncionais interligados, que podem se concentrar em um único edifício ou se distribuir em diferentes locais, aproveitando espaços existentes e possibilitando o desenvolvimento de atividades de informação e animação sociocultural (Bomfim et al., 2000). Em construções novas, o projeto precisa seguir a legislação vigente, especialmente quanto a edificação urbana, segurança, higiene, prevenção de incêndios, licenciamento e acessibilidade.

Além disso, é importante que o projeto considere a integração com o entorno, promovendo interação social e convivência entre os moradores. A inclusão de áreas verdes e espaços de lazer contribui para a qualidade de vida e a experiência dos usuários. O envolvimento da comunidade em todas as etapas do projeto, da concepção à execução, é essencial para garantir que o centro comunitário atenda verdadeiramente às expectativas e necessidades dos usuários, fortalecendo os laços sociais e promovendo o bem-estar coletivo.

3.6 Diretrizes para centros comunitários

O guia técnico apresenta diretrizes sobre localização, implantação, usos e requisitos de funcionamento dos centros comunitários. Em relação à implantação, destaca-se a importância



III UniSIAE - Semana Integrada de Agronomia, Análise em Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo e Engenharias

de localizar o equipamento em posição central na comunidade, com fácil acesso e sem barreiras arquitetônicas.

Quanto aos usos e espaços físicos, Bonfim et al. (2000) indicam que o centro comunitário deve ser flexível e aberto à comunidade, formado por espaços multifuncionais que podem estar interligados ou distribuídos em diferentes edificações, aproveitando áreas e atividades já existentes. O espaço deve ser “moldável”, permitindo adaptações às mudanças da realidade local, como novas demandas da comunidade.

As atividades propostas incluem assistência social e informação, garantindo o acesso da população a serviços públicos e encaminhamentos a outros órgãos competentes, bem como ações socioculturais voltadas à socialização e ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais. Também é recomendado um programa básico de necessidades (PN) com metragem preliminar.

A participação popular é considerada essencial para o sucesso do centro comunitário, permitindo que cada grupo local contribua na concepção, implementação e funcionamento do equipamento.

3.7 Cultura indígena no Paraná e contextualização cultural do termo “PIÁ”

Os povos indígenas desempenham um papel central na formação da identidade cultural do Paraná. Desde tempos ancestrais, essas comunidades não apenas contribuíram para a preservação do meio ambiente, como também enriqueceram a diversidade linguística e a transmissão de valores coletivos, elementos fundamentais para a sociedade contemporânea. Segundo Ribeiro (2018), os indígenas do sul do Brasil influenciaram significativamente a construção de práticas sociais que valorizam o respeito à natureza e à coletividade, promovendo uma convivência harmoniosa entre os seres humanos e o meio ambiente.

A riqueza cultural indígena se manifesta de diversas formas, incluindo a produção artesanal, a culinária e os rituais festivos, que acrescentam camadas de significado à cultura regional (Sennett, 2018). Essas práticas vão além de meras manifestações culturais, representando modos de vida que priorizam o equilíbrio e a cooperação entre os membros da comunidade e o ambiente em que vivem.

Além disso, conforme Pereira (2017), espaços que incorporam elementos da cultura indígena favorecem tanto a inclusão social quanto a preservação da diversidade cultural,

reconhecendo essa herança como um pilar essencial para a construção de uma sociedade mais igualitária. A presença dessas comunidades no Paraná evidencia a importância de proteger e valorizar sua cultura como patrimônio coletivo.

De acordo com dados do Censo Demográfico 2022, realizado pelo IBGE, a população autodeclarada indígena no Paraná cresceu 14,68% entre 2010 e 2022, passando de 26.559 para 31.887 indivíduos. Esse aumento evidencia a vitalidade das comunidades indígenas e reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à preservação e valorização de suas culturas. Como ilustrado na Figura 8, a população indígena concentra-se em diversos municípios do estado, com destaque para Tamarana, São Jerônimo da Serra, Manoel Ribas, Ponta Grossa e Nova Laranjeiras.

Figura 8 – Distribuição da população indígena no estado do Paraná



Fonte: IBGE (2022), com manipulação de autoria própria (2025).

O termo "piá", amplamente utilizado no estado do Paraná para se referir a crianças e jovens, tem suas raízes no idioma guarani, falado por diversas comunidades indígenas da América do Sul. De acordo com Müller (2019), a palavra significa “menino” ou “garoto”, evidenciando a forte influência dos povos indígenas na formação cultural da região. Essa conexão histórica demonstra como as línguas indígenas moldaram o vocabulário e contribuíram para a identidade local (Silva, 2020).

Além de sua origem, o termo “piá” carrega um simbolismo poético e afetivo. Conforme ilustrado na Figura 9, essa dimensão emocional é descrita como “um pedaço do meu coração que anda” (Cunha, 2021). Alguns estudiosos interpretam “piá” como uma expressão de carinho e afeto, representando a importância dos jovens para a comunidade. Esse entendimento vai além da etimologia, revelando a valorização emocional e cultural que a palavra adquiriu ao longo do tempo. Incorporar esse simbolismo ao projeto do Centro



III UniSIAE - Semana Integrada de Agronomia, Análise em Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo e Engenharias

Comunitário Infantojuvenil pode fortalecer a ligação afetiva com os usuários, destacando o papel central dos jovens na construção de laços comunitários

Figura 9 – Representação poética do termo "piá"



Fonte: EBC (2025).

Além da dimensão estética, o referencial indígena traz uma dimensão educativa e sensorial ao projeto. O espaço torna-se um meio para reconectar as novas gerações com suas raízes e estimular o respeito às diferentes culturas. Conforme destaca Tassinari (2013), o reconhecimento da diversidade étnica no ambiente construído é um passo essencial para a construção de cidades verdadeiramente democráticas e plurais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A composição volumétrica se organiza em torno de uma praça central, inspirada no símbolo do arco e flecha guarani, representando foco, direção e superação. Essa configuração favorece a integração visual e física entre os blocos, transformando o pátio em um coração pulsante de convivência. O projeto foi estruturado em quatro blocos principais, interligados por percursos cobertos e espaços de convivência, além de áreas externas de recreação e



III UniSIAE - Semana Integrada de Agronomia, Análise em Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo e Engenharias

esporte. Cada bloco cumpre função específica dentro da proposta pedagógica e social do centro.

O terreno escolhido para a implantação do centro comunitário está localizado na Avenida João Manoel dos Santos Ribas, nº 1013, no bairro Nova Rússia, em Ponta Grossa. A escolha da área foi estratégica, considerando sua proximidade com a Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa (FASPG) e sua inserção em um bairro com forte representatividade social e diversidade funcional. Segundo Gomes (2009), o bairro Nova Rússia consolidou-se historicamente como um subcentro urbano com relevante papel econômico e social, abrigando atividades comerciais e serviços essenciais. Essa condição de centralidade favorece a implantação de um equipamento público e coletivo, ampliando seu alcance territorial e simbólico.

O terreno possui 9.141 m² e topografia acidentada, que inspirou uma solução arquitetônica capaz de aproveitar o desnível natural. A implantação foi realizada por meio de blocos de alturas distintas e andares adaptados ao relevo, otimizando o escoamento pluvial, garantindo estabilidade e enriquecendo a experiência espacial, ao criar variadas perspectivas e promover um diálogo intrínseco entre o projeto e a paisagem circundante. De acordo com Gehl (2018), a integração entre o espaço construído e o ambiente natural é um dos pilares da humanização urbana, estimulando a permanência e o senso de pertencimento. Assim, o PIÁ adota o terreno como parte essencial do conceito: um espaço de convivência e aprendizado em harmonia com o meio ambiente.

O partido arquitetônico do centro é guiado pela simbologia das cestarias guarani, referência direta à cultura indígena paranaense. Essa inspiração se traduz na organização espacial, nas formas curvas e na relação entre cheios e vazios, simbolizando o entrelaçamento humano e o convívio comunitário. Conforme Silva (2020), a arquitetura pode se tornar instrumento de memória coletiva ao incorporar referências culturais que representem o território e seus habitantes. No PIÁ, o trançado das cestarias é reinterpretado em forma de conexões fluidas entre blocos, onde os espaços abertos – como pátios, praças e áreas verdes – se entrelaçam aos ambientes fechados – salas, oficinas, biblioteca –, equilibrando proteção e liberdade.



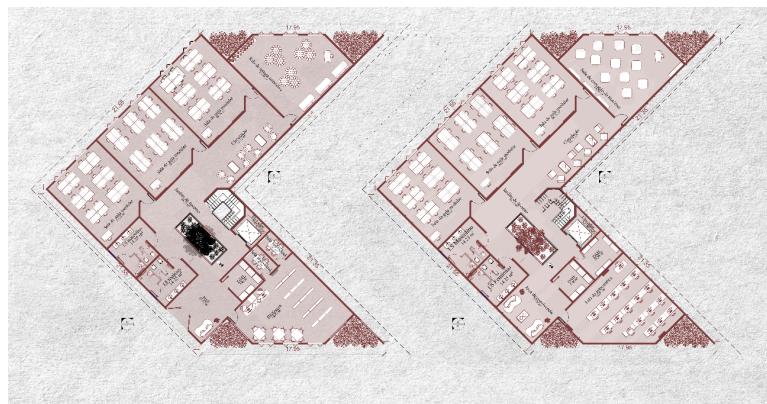
III UniSIAE - Semana Integrada de Agronomia, Análise em Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo e Engenharias

O conceito se manifesta ainda na escolha dos materiais naturais e grafismos guarani. A presença da madeira, do tijolo ecológico e de texturas terrosas reforça a identidade local e remete às práticas construtivas tradicionais. O projeto traduz o espírito da coletividade indígena, em que cada fibra do cesto é indispensável para a existência do todo – uma metáfora da integração social que o centro comunitário pretende promover.

A composição volumétrica se organiza em torno de uma praça central, inspirada no símbolo do arco e flecha guarani, representando foco, direção e superação. Essa configuração favorece a integração visual e física entre os blocos, transformando o pátio em um coração pulsante de convivência. O projeto foi estruturado em quatro blocos principais, interligados por percursos cobertos e espaços de convivência, além de áreas externas de recreação e esporte. Cada bloco cumpre função específica dentro da proposta pedagógica e social do centro.

Com área total de 961.18 m², o Bloco Cognitivo (Figura 10) concentra os espaços voltados ao aprendizado formal e intelectual, como salas modulares, biblioteca, sala multimídia e áreas de leitura interativa. Inspirado nos conceitos de flexibilidade e integração de uso propostos por Borba (1991), o bloco foi planejado para atender tanto atividades educativas regulares quanto oficinas e eventos comunitários

Figura 10 – Plantas Bloco Cognitivo

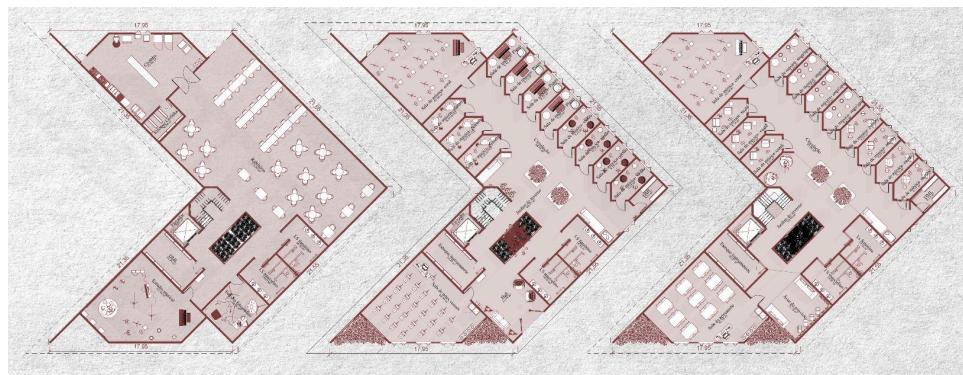


Fonte: Autoria própria (2025).

A presença de salas modulares possibilita a reconfiguração dos espaços conforme as demandas, favorecendo um uso dinâmico e colaborativo. Segundo Abrantes (2011), ambientes educacionais flexíveis ampliam a autonomia dos usuários e estimulam processos criativos, permitindo que o aprendizado ocorra também de forma coletiva e experimental.

O Bloco Sensorial (Figura 11), com 1262.32 m², foi projetado para o desenvolvimento das habilidades artísticas, sensoriais e expressivas. Ele abriga salas de música, artes visuais, estúdio de mídia e refeitório, criando um ambiente propício a descobertas, vivências e experiências que estimulam a percepção e a criatividade dos usuários.

Figura 11 – Plantas Bloco Sensorial



Fonte: autoria própria (2025).

De acordo com Rufino, Silveira e Paiva (2020), os espaços de criação coletiva são fundamentais para a construção da identidade cultural, pois estimulam o protagonismo e o sentimento de pertencimento. Assim, o Bloco Sensorial busca ampliar a percepção estética dos jovens, promovendo a convivência entre diferentes linguagens artísticas.

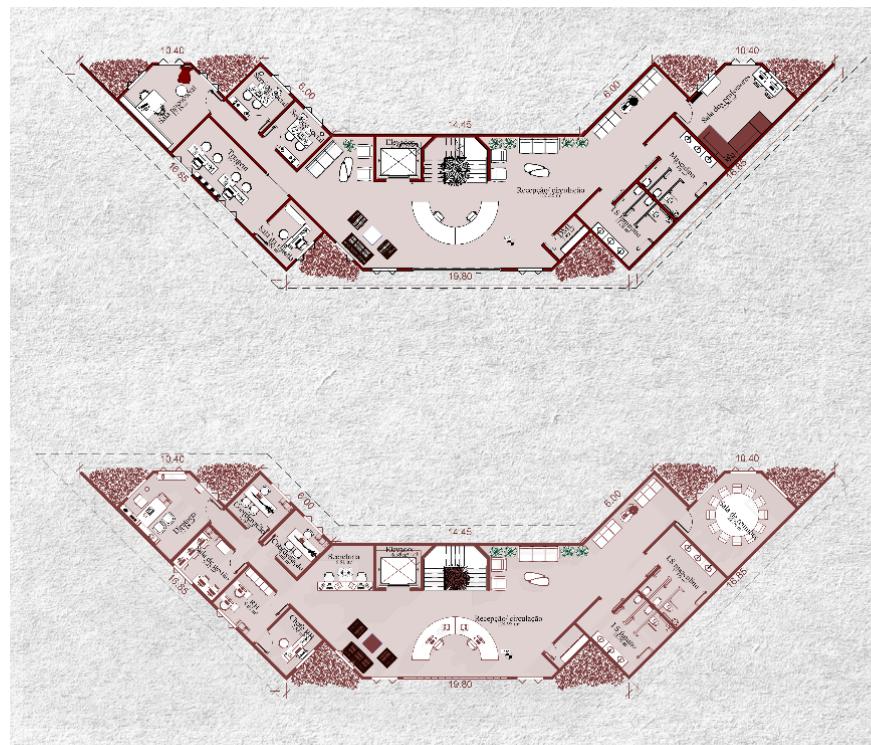
As salas de música são organizadas por tipos de instrumentos, incluindo tradicionais e nativos, permitindo que os alunos experimentem ritmos e expressões culturais diversas. Essa proposta reforça a relação entre corpo, som e espaço, conforme Santos (2022), ao afirmar que

a arte constitui um dos caminhos mais eficazes para a inclusão e o fortalecimento da autoestima.

O bloco adota materiais com propriedades acústicas, como tijolo ecológico de solocimento e bambu, garantindo conforto e eficiência sonora. A integração com o refeitório e a horta experimental estimula o contato sensorial com a natureza e a alimentação saudável, fortalecendo a relação entre corpo, território e sustentabilidade.

O Bloco Administrativo (Figura 12), com 475.73 m², concentra os ambientes de gestão, atendimento e apoio social. Ele é composto por salas da Diretoria, Coordenação, Secretaria, Triagem e Assistência Social, além de áreas de apoio técnico e de convivência dos funcionários.

Figura 12 – Plantas Bloco Administrativo



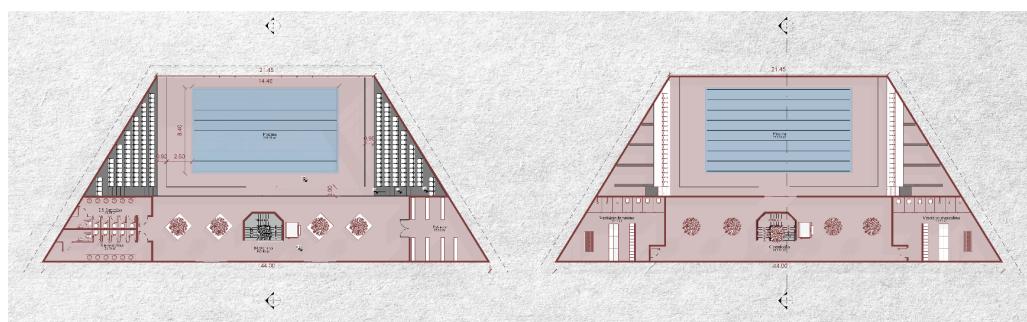
Fonte: autoria própria (2025).

A disposição dos espaços foi cuidadosamente planejada para garantir eficiência funcional e acesso controlado, separando os fluxos internos e externos. Essa organização segue princípios de gestão participativa, conforme proposto por Bomfim et al. (2000), assegurando a integração entre a equipe técnica e a comunidade.

Além das atividades administrativas, o bloco abriga salas de atendimento psicossocial, essenciais para o acompanhamento de jovens e famílias em situação de vulnerabilidade. Esses espaços materializam o papel social da arquitetura, funcionando como locais de escuta, acolhimento e apoio.

Com área 817,78 m², o Bloco Recreativo (Figura 13) foi projetado para promover o bem-estar físico e emocional dos usuários. Entre suas instalações, destaca-se a piscina semiolímpica, que possibilita o desenvolvimento de atividades esportivas e terapêuticas, contribuindo para a saúde e socialização dos jovens.

Figura 13 – Plantas Bloco Recreativo



Fonte: autoria própria (2025).

Segundo Gehl (2018), o corpo em movimento faz parte da experiência urbana e da saúde coletiva. Nesse sentido, ao integrar lazer, esporte e educação, o PIÁ propõe uma arquitetura do corpo, que estimula a convivência, a interação e a superação individual e coletiva.

A área recreativa se conecta diretamente à quadra poliesportiva, reforçando a ideia de um espaço ativo, inclusivo e acessível. A presença da parede de escalada e dos espaços

lúdicos externos (Figura 14) simboliza o desafio e o crescimento, funcionando como metáforas da jornada juvenil em busca de autonomia e pertencimento.

Figura 14 – Perspectiva Quadra Poliesportiva



Fonte: autoria própria (2025).

O playground (Figura 15) completam a proposta, estimulando a imaginação e o convívio. Inspirados nas formas e tramas das cestarias guarani, esses elementos promovem o brincar como linguagem universal de aprendizado. Conforme destaca Jacobs (1961), os espaços públicos que acolhem a espontaneidade infantil fortalecem os vínculos sociais e tornam as cidades mais vivas.

Figura 15 – Perspectiva Playground



Fonte: autoria própria (2025).

A presença de áreas verdes e pátios sombreados contribui para o conforto térmico e reforça o caráter sustentável do projeto. O uso de materiais permeáveis, como o concregrama,



III UniSIAE - Semana Integrada de Agronomia, Análise em Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo e Engenharias

e o aproveitamento da iluminação natural reduzem impactos ambientais e reforçam o compromisso ecológico da proposta.

O Centro Comunitário Infantojuvenil PIÁ sintetiza o encontro entre arquitetura, cultura e inclusão social. Ele traduz, por meio do espaço construído, a crença de que o ambiente pode educar, acolher e inspirar.

Sua materialidade tijolo ecológico, madeira reflorestada, bambu, grafismos indígenas expressa uma poética da sustentabilidade e da memória. Sua espacialidade pátios, fluxos abertos, transparência representa o diálogo entre o individual e o coletivo.

Dessa forma, o PIÁ transcende a condição de edifício e se torna um território de esperança: um lugar onde a juventude se reconhece como parte da cidade, e a cidade se refaz através da juventude.

3 CONCLUSÃO

A arquitetura, mais do que um ato de construção, é um ato de escuta. Ouvir o território, compreender a comunidade e traduzir as necessidades humanas em forma, espaço e matéria permite transformar a cidade em um ambiente de pertencimento. O projeto PIÁ – Centro Comunitário Infantojuvenil nasce desse princípio, como uma resposta sensível às desigualdades urbanas e à urgência por espaços de convivência, aprendizado e inclusão.

Durante o desenvolvimento deste estudo, ficou evidente que a cidade de Ponta Grossa (PR), assim como muitas outras cidades brasileiras, carece de equipamentos públicos capazes de promover o encontro social e o desenvolvimento integral de suas populações jovens. Essa ausência gera fragmentação territorial e simbólica, reforçando a exclusão e o afastamento entre os cidadãos. O PIÁ surge, portanto, como uma proposta de reconexão, onde a arquitetura atua como mediadora entre o espaço urbano e a vida comunitária.

O anteprojeto demonstra que a função social da arquitetura pode ser alcançada pela combinação entre planejamento participativo, valorização cultural e sustentabilidade. Diretrizes projetuais embasadas nos estudos de Bomfim et al. (2000), Gehl (2018) e Borba (1991) possibilitaram a construção de uma proposta que alia técnica e sensibilidade, razão e emoção, coletividade e identidade.



III UniSIAE - Semana Integrada de Agronomia, Análise em Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo e Engenharias

A escolha do bairro Nova Rússia como local de implantação reflete uma visão estratégica e simbólica. Trata-se de uma área com papel social relevante, abrigando comércio e instituições de apoio. A proximidade com a Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa (FASPG) reforça o caráter integrador do projeto, permitindo que as ações sociais, culturais e educacionais ocorram de forma articulada e ampliem o alcance das políticas públicas.

O partido arquitetônico, inspirado nas cestarias guarani, materializa o elo entre tradição e futuro. O entrelaçamento das formas e espaços simboliza a união entre indivíduos e comunidades, expressando a essência do projeto: a coletividade como fundamento da arquitetura. Ao adotar materiais sustentáveis, como tijolo ecológico e bambu, e soluções bioclimáticas, o PIÁ traduz o respeito ao meio ambiente e ao saber ancestral.

A experiência projetual reafirma a importância da arquitetura como ferramenta pedagógica e transformadora. O espaço construído ensina, educa e comunica valores. Cada setor do PIÁ — Cognitivo, Sensorial, Administrativo e Recreativo — foi pensado como ambiente de aprendizado e convivência, onde o jovem é protagonista de sua própria formação.

O resultado transcende a simples criação de um edifício: é a concepção de um organismo vivo, dinâmico e em constante evolução, que possui a habilidade de se adaptar e crescer em harmonia com a comunidade à sua volta. Conforme argumenta Santos (2022), os espaços de uso coletivo são verdadeiros instrumentos de emancipação social, pois devolvem às pessoas não apenas o espaço físico, mas também o direito fundamental de existir, de pertencer e de se expressar plenamente.

O Centro Comunitário Infantojuvenil PIÁ emerge, portanto, como algo muito além de um projeto arquitetônico inovador: ele se posiciona como um manifesto de esperança e uma proposta visionária de futuro, fundamentada em valores essenciais como respeito, diversidade e empatia. O processo de sua concepção destaca e reforça o papel crucial do arquiteto enquanto agente social e cultural, reafirmando a arquitetura como uma linguagem poderosa e transformadora, capaz de curar feridas urbanas, revitalizar comunidades e inspirar profundas transformações humanas.

Assim, o conceito de “Projetando o Futuro” vai além da simples edificação de uma estrutura física; trata-se de um convite à reconstrução de um modo de viver em comunidade. Neste espaço, o piá — seja ele a criança, o jovem ou o cidadão — encontra um ambiente que



III UniSIAE - Semana Integrada de Agronomia, Análise em Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo e Engenharias

reflete dignidade, valoriza a memória coletiva e alimenta o sonho de um futuro compartilhado. O projeto se torna um espelho da alma comunitária, promovendo um refúgio onde a convivência harmoniosa e o desenvolvimento humano são celebrados e incentivados.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, L. **Juventude e espaço público: reflexões sobre o convívio e a socialização.** São Paulo: Cortez, 2011.
- ALVAREZ, A. P. SILVA, J. O. **Centro de Convivência e Cultura: diálogos sobre autonomia e convivência.** ECOS: Estudos Contemporâneos da Subjetividade, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 6, n. 1, p 5-19, 2016.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco.** Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. 4. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- BOMFIM, Z. C. et al. **Manual Técnico para Centros Comunitários.** Brasília: MEC/SEB, 2000.
- PBORBA, R. **Centros comunitários: espaços de encontro e cidadania.** São Paulo: Annablume, 1991.
- BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura. Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) – Histórico e contexto.** Revista da CNEB, n. 8, ano 6, 1º sem., 1959. Disponível em: <https://forumjea.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/151616/311461/cnerhist.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.
- BRASIL. **Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas (PNASE).** Brasília: Ministério do Interior, 1975.
- CALDEIRA, T. P. R. **Cidades de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Editora 34, 2000. In: MUÑOZ, R.; MONTEIRO, C. Espaços Urbanos e Políticas Públicas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.
- CASTELLS, M. **A questão urbana.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, L. A. **Arquitetura comunitária e inclusão social.** Curitiba: CRV, 2019.
- CUNHA, J. **A poética do termo “piá” e suas nuances culturais.** Revista de Estudos Regionais, v. 15, n. 2, p. 45-67, 2021.



III UniSIAE - Semana Integrada de Agronomia, Análise em Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo e Engenharias

GEHL, J. **Cidades para pessoas.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, E. M. **Evolução urbana de Ponta Grossa – PR: uma análise entre as décadas de 1960 e 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

HARVEY, D. **O direito à cidade.** São Paulo: Boitempo, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores socioeconômicos de Ponta Grossa.** 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 3 abr. 2025.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 1961.

MÜLLER, M. **Língua e identidade: o guarani na cultura paranaense.** Curitiba: UFPR, 2019.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2010.

OLÍMPIO, M. **Lazer e regime militar: um estudo sobre os centros sociais urbanos de fortaleza (1969 - 1984).** Recife, 2019.

PEREIRA, L. **Arquitetura e ancestralidade: a valorização das culturas originárias no espaço construído.** Revista Arq.Urb, São Paulo, v. 20, p. 89-102, 2017.

RUFINO, R.; SILVEIRA, A.; PAIVA, F. **Arquitetura comunitária no Brasil: desafios e perspectivas.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 22, n. 3, p. 431–450, 2020.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SANTOS, R. **Arquitetura social: espaços que transformam.** Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SENNETT, R. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta.** Rio de Janeiro: Record, 2018.

SILVA, T. **Arquitetura e identidade indígena: espaços de resistência e memória.** Brasília: Editora UNB, 2020.

TASSINARI, C. **Diversidade cultural e projeto arquitetônico.** Porto Alegre: Sulina, 201



III UniSIAE - Semana Integrada de Agronomia, Análise em Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo e Engenharias